

Bancos japoneses querem ida do Brasil ao FMI

por Fernando Canzian
de São Paulo

Os bancos japoneses credores da dívida externa brasileira não deverão aceitar outro acordo com o Brasil nas novas negociações que serão travadas entre o comitê de bancos credores e a equipe brasileira no início do próximo ano sem que o Brasil estabeleça um acordo formal com o Fundo Monetário Nacional (FMI). O aviso foi dado, ontem, por Takanori Suzuki, vice-presidente do Banco de Tokyo, instituição representante dos credores do sudeste asiático e maior credor privado japonês junto ao governo brasileiro.

No início de 1988, pelas linhas do acordo que o Brasil e os bancos credores estão negociando há três semanas em Nova York — que propõe o depósito de US\$ 4,5 bilhões num banco de Basileia, onde o Brasil entraria com 1/3 do total — o governo brasileiro terá de voltar a uma nova maratona de negociações com os credores. “Os credores japoneses, ao contrário da posição de alguns bancos americanos, vão querer que o FMI faça um acompanhamento da economia brasileira”, diz Suzuki.

O vice-presidente do Banco de Tóquio salientou que os bancos credores e a comitiva brasileira ainda não chegaram ao término do acordo em Nova York devido à resistência do Brasil em pagar um “spread” (taxa de risco) sobre o dinheiro depositado em Basileia, que renderá tanto aos credores como ao Brasil somente a taxa in-

terbancária de Londres (Libor). Para Suzuki, “este é um ‘empréstimo ponte’, e como o que está do outro lado da margem (o Brasil) não é seguro, os bancos credores exigem o pagamento do ‘spread’.

Lee Cutrone, vice-presidente do Pittsburg National Bank, credor de US\$ 140 milhões da dívida brasileira, que participou, ontem, de um almoço em São Paulo, promovido pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil, adotou uma posição mais amena quanto à necessidade de o Brasil ter de efetivamente fechar um acordo com o FMI no ano que vem. “A nossa posição vai depender da decisão do comitê de bancos credores”, resguardou-se. “Mas estamos vendo com otimismo a possibilidade de um entendimento”, diz.

CONVERSÃO DA DÍVIDA

O vice-presidente do Pittsburg National Bank, após o almoço, proferiu uma palestra sobre a conversão da dívida externa brasileira em investimentos de risco, onde salientou a disposição do seu banco em fazer conversões no Brasil. Em 1982, o Pittsburg converteu US\$ 2 milhões no País para investimentos em sua subsidiária local.

Para Cutrone, o Brasil teria condições de converter US\$ 1 bilhão no primeiro ano de implantação do projeto sem danos para a base monetária, que, segundo Robert Blocker, vice-presidente da Câmara norte-americana no Brasil geraria uma expansão da base monetária da ordem de 16%.